

Noah Souza Roesa

Universidade Federal de Juiz
de Fora – UFJF

E-mail:

noah.rosa@estudante.ufjf.br

Kérley Winkes

Universidade Federal de Juiz
de Fora – UFJF

E-mail:

ker.winkes@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Reparação de dados e tecno- resistência trans no projeto *Eu Existo*

*Data reparation and trans techno-
resistance in the Eu Existo project*

*Reparación de datos y tecno-resistencia
trans en el proyecto Eu Existo*

Rosa, N., & Winkes, K. Reparação de dados e tecno-resistência trans no
projeto Eu Existo. *Revista Eco-Pós*, 28(2), 250–272.
<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i2.28520>

RESUMO

Este artigo, fundamentado no diálogo entre os estudos de tecno-resistência e os estudos queer no campo das tecnologias digitais, busca compreender como diferentes grupos LGBTQIAPN+ têm se organizado para enfrentar as desigualdades impostas pelos sistemas algorítmicos. Para isso, concentra-se na análise do projeto Eu Existo, uma parceria entre o grupo Égalitrans, a agência Publicis Brasil e a ONG Casarão. O objetivo da iniciativa é criar um banco de dados com fotos de pessoas trans, contribuindo para a inclusão dessa população em sistemas de reconhecimento e representação digital. A partir de um estudo de caso e entrevistas com os idealizadores, o artigo demonstra que é possível construir uma agência reativa capaz de enfrentar as lacunas e os preconceitos de gênero presentes na cultura algorítmica.

PALAVRAS-CHAVE: *Resistência algorítmica; Justiça de dados; Estudos queer e trans; Tecnologias Trans.*

ABSTRACT

This article, grounded in the dialogue between techno-resistance studies and queer studies in the field of digital technologies, seeks to understand how different LGBTQIAPN+ groups have organized to confront the inequalities imposed by algorithmic systems. To this end, it focuses on the analysis of the Eu Existo ("I Exist") project, a partnership between the Égalitrans group, the agency Publicis Brazil, and the NGO Casarão. The initiative aims to create a database with photos of trans people, contributing to the inclusion of this population in recognition and digital representation systems. Based on a case study and interviews with the project's creators, the article demonstrates that it is possible to build a reactive agency capable of challenging the gaps and gender biases embedded in algorithmic culture.

KEYWORDS: *Algorithmic resistance; Data justice; Queer and trans studies; Trans technologies.*

RESUMEN

Este artículo, basado en el diálogo entre los estudios sobre tecno-resistencia y los estudios queer en el campo de las tecnologías digitales, busca comprender cómo diferentes grupos LGBTQIAPN+ se han organizado para enfrentar las desigualdades impuestas por los sistemas algorítmicos. Para ello, se centra en el análisis del proyecto Eu Existo ("Yo Existo"), una colaboración entre el grupo Égalitrans, la agencia Publicis Brasil y la ONG Casarão. El objetivo de la iniciativa es crear una base de datos con fotos de personas trans, contribuyendo a la inclusión de esta población en los sistemas de reconocimiento y representación digital. A partir de un estudio de caso y entrevistas con los creadores del proyecto, el artículo demuestra que es posible construir una agencia reactiva capaz de confrontar las lagunas y los prejuicios de género presentes en la cultura algorítmica.

PALABRAS CLAVE: *Resistencia algorítmica; Justicia de los datos; Estudios queer y trans; Tecnologías trans.*

Submetido em 22 de maio de 2025.
Aceito em 05 de setembro de 2025.

Introdução

Dados não são neutros (D'Ignazio, 2022), assim como não existem dados sem corpos (Ricaurte, 2023). Sistemas algorítmicos operam por meio de lógicas de repetição, amplificando estereótipos e condições sociais hegemônicas por meio de conjuntos de dados. Ao reforçarem desigualdades econômicas e exclusões sociais (O'Neil, 2016), esses sistemas incorporam forças históricas como o capitalismo, o colonialismo, o patriarcado e o racismo (Benjamin, 2019; Noble, 2021; Silva, 2022). Assim, dados e algoritmos não podem ser considerados objetos neutros; ao contrário, são dispositivos tecnológicos pelos quais o poder se articula e se perpetua.

Diante disso, é crucial questionar: quais corpos são representados e quais são sub-representados? Os bancos de dados que alimentam os sistemas de inteligência artificial (IA) são predominantemente compostos por informações centradas em pessoas cisgênero, o que pode resultar no não reconhecimento de pessoas transgênero como seres humanos ou na negação de sua identidade de gênero. A implementação de câmeras de reconhecimento facial, por exemplo, ignora as identidades de gênero autopercebidas por pessoas trans (Cezarino; Contri, 2022). A *falha* ocorre porque os algoritmos de identificação se baseiam em medidas faciais — como a distância entre os olhos ou entre o nariz e o lábio superior — e tendem a interpretar o gênero de forma binária e normativa, o que pode levar a erros. As chances de erro aumentam durante o processo de transição hormonal, quando características da face passam por mudanças substanciais — crescimento de pelos, suavização dos traços etc.

Em maio de 2024 aconteceu a primeira mesa transcetrada do Fórum da Internet no Brasil (FIB). O painel histórico¹ da 14ª edição do evento, intitulado *Corpos além das telas: O debate sobre inteligência artificial e proteção de dados em uma perspectiva transcetrada* e co-proposto pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, permitiu que as pessoas participantes ouvissem reflexões sobre o manuseio de dados e o desenvolvimento da IA a partir das perspectivas de corpos trans. A tecnologia, na visão do grupo, deve tomar as pessoas transvestigêneres não apenas como sub-atingidos da tecnologia, mas como parte de todo o processo.

¹ Mesa disponível em: <https://bit.ly/3z0EpBQ>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Em uma sociedade baseada na informação, a subjetivação algorítmica é moldada por critérios reais de classificação e validação de acessos, estabelecidos pelo uso de tecnologias de IA perpetuando, assim, as discriminações frequentemente impostas a corpos subalternos (Costa e Acioly, 2024). Este artigo explora como diferentes grupos de pessoas LGBTQIAPN+² têm se organizado para enfrentar as desigualdades impostas pelos sistemas algorítmicos racistas, sexistas e patriarcais (Noble, 2021; Silva, 2022).

A partir de um estudo de caso e de entrevistas com os idealizadores, vamos analisar o projeto *Eu Existo*³. A iniciativa é uma parceria entre o grupo Égalitrans, grupo de afinidade transgênera do Publicis Groupe; a agência Publicis Brasil e a Organização Não Governamental (ONG) Casarão; e tem como finalidade criar um banco de dados com fotos de pessoas trans para restaurar a forma como o algoritmo responde na detecção de rostos em reconhecimento facial. Nosso propósito, diante deste objeto, é refletir sobre como essa iniciativa exerce resistência por meio de sua agência coletiva. Assim, buscamos compreender de que forma grupos LGBTQIAPN+ desobedecem aos sistemas sociotécnicos hegemônicos e criam alternativas de reparação a tais sistemas.

Ricaurte (2023) observa que a tecno-resistência é um:

conjunto de estratégias e táticas utilizadas por subjetividades dissidentes para resistir ao extrativismo de dados, às mediações algorítmicas e à automatização da opressão como parte de um compromisso com um projeto político que visa alcançar a justiça, a dignidade e a autonomia (Ricaurte, 2023, p. 48)⁴.

Ao citar Albán (2013), a autora afirma que a tecno-resistência é uma prática de reexistência que envolve formas de ação e intervenção que buscam implementar formas dignas de existir no mundo.

Este trabalho está organizado em quatro partes: na primeira, abordamos a resistência algorítmica e o ativismo de reparação de dados. Na sequência, exploramos questões relacionadas às tecnologias trans. Na terceira parte, tratamos dos aspectos metodológicos do artigo. Por fim,

² LGBTQIAPN+ é a sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.

³ Disponível em: <https://projetoexisto.com.br/#/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

⁴ Tradução Livre. No original: “conjunto de estrategias y tácticas desplegadas por las subjetividades disidentes para resistir el extractivismo de datos, las mediaciones algorítmicas y la automatización de la opresión como parte de una apuesta por un proyecto político orientado a alcanzar la justicia, la dignidad y la autonomía”.

analisamos como o projeto estudado tem se articulado para enfrentar diferentes formas de violência e opressão nos sistemas de reconhecimento facial.

1 Resistência algorítmica e reparação de dados

É difícil enquadrar a agência dos indivíduos em relação aos algoritmos. Por um lado, há uma hiperexploração dos dados pelas gigantes tecnológicas; por outro, coexistem dinâmicas de resistência nas dimensões populares e cotidianas, tanto comunicacionais quanto políticas e culturais (Bonini; Treré, 2024; Winques, 2024). Embora essas relações sejam assimétricas, as práticas de resistência desafiam os sistemas de dominação que se articulam e operam por meio dos sistemas sociotécnicos (Ricaurte, 2023; Bonini; Treré, 2024).

A resistência pode se manifestar de diversas maneiras. Bonini e Treré (2024), por exemplo, construíram um arcabouço conceitual em torno da ideia de resistência algorítmica. Tal conceito é definido como:

1) um ato, 2) realizado por alguém que defende uma posição subalterna ou por alguém agindo em nome e/ou em solidariedade com uma posição subalterna, e 3) (na maioria das vezes) respondendo ao poder por meio de táticas e dispositivos algorítmicos (Bonini; Treré, 2024, p. 23)⁵.

Além disso, os autores ainda fazem uma distinção entre dois tipos de resistência: destacando os algoritmos tanto como apostas (resistência aos algoritmos) quanto como repertório (resistência por meio dos algoritmos).

No caso dos algoritmos como apostas, os autores observam a atuação de diversos ativistas políticos, organizações, artistas e pesquisadores críticos que se posicionam de forma explícita contra o poder exercido pelos algoritmos. Essa oposição se manifesta por meio de ações coletivas, protestos, intervenções artísticas e trabalhos acadêmicos que alertam para os riscos de se delegar decisões sociais a sistemas algorítmicos. Esse movimento é o que Bonini e Treré (2024) denominam como resistência AOS algoritmos. Trata-se de um esforço voltado a

⁵ Tradução Livre. No original: “(1) an act, (2) performed by someone upholding a subaltern position or someone acting on behalf of and/or in solidarity with someone in a subaltern position, and (3) (most often) responding to power through algorithmic tactics and devices” (Bonini; Treré, 2024, p. 23).

evidenciar os impactos negativos gerados pelo poder das plataformas — em especial, os preconceitos frequentemente perpetuados por algoritmos.

Há também uma forma de enfrentamento ao poder das plataformas que ocorre *por meio* do uso de algoritmos. Nesse caso, os algoritmos não são apenas alvos de contestação, mas se tornam instrumentos mobilizados por cidadãos, trabalhadores, artistas, pesquisadores e ativistas em suas práticas de resistência; ou seja, os algoritmos aparecem como parte de um repertório de ação. Logo, os algoritmos não são apenas estruturas a serem contestadas; podem também ser ferramentas apropriadas e reconfiguradas na luta contra o poder das plataformas.

De forma complementar, Ettlinger (2018), citada por Bonini e Treré (2024), descreve o conceito de *resistência digital produtiva*: um tipo de enfrentamento algorítmico em que as tecnologias digitais — como softwares, aplicativos e sites — são criadas ou reconfiguradas para contestar formas de controle, inclusive aquelas que envolvem os próprios algoritmos. Apesar de essa forma incluir ações de hackers, o hacktivismismo cívico, as cooperativas de plataforma, os protestos em ambientes digitais e manifestações artísticas, Bonini e Treré (2024) defendem que essas práticas de resistência algorítmica produtiva também emergem entre trabalhadores da *gig economy* e indivíduos comuns, que se apropriam dos algoritmos de maneira prática e espontânea — quase como quem transforma objetos cotidianos em ferramentas de resistência improvisadas, sem planejamento técnico prévio.

A atuação da *Pajubá Tech*⁶, sediada no estado de Pernambuco e gestada por Luana Maria da Luz Barbosa (uma mulher travesti, negra e periférica), exemplifica como a apropriação crítica das tecnologias pode se transformar em estratégia de resistência e produção de cidadania para populações historicamente marginalizadas. Como destacam Winkes e Rosa (2024), ao criar ferramentas como o *Pajúzap* — assistente virtual no *WhatsApp* para denúncias e monitoramento de violência contra pessoas trans —, o coletivo não apenas coleta dados, mas transforma esses dados em instrumentos de reivindicação política e de disputa por reconhecimento institucional. Em outras palavras, a iniciativa articula a escuta da população afetada por meio da produção de diagnósticos baseados em evidências, desafiando o apagamento histórico e reformulando o problema da violência contra pessoas trans e travestis como uma questão pública e estrutural.

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/pajubatech/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Esse tipo de ocupação tecnológica se alinha a outras experiências de resistência. *Ik'ta K'op* é um coletivo de jovens *tseltales* que construíram redes de internet comunitárias e indígenas em Abasolo, Chiapas, no México (Ricaurte, 2018). Já as cooperativas tecnológicas de entregadores, a exemplo da iniciativa *Señoritas Courier*, oferecem uma forma organizacional distribuída e colocam o cuidado no centro (Grohmann, 2022). Em contextos de elevada marginalização e violência nas favelas brasileiras, Nemer (2022) demonstra que as pessoas procuram relacionar-se com as tecnologias de uma forma que lhes permita aliviar a opressão e sobreviver. Portanto, é essencial prestar atenção às diversas experiências, coletividades e ativismos que resistem à extração de dados e aos algoritmos misóginos, racistas, patriarcais e colonialistas (Ricaurte, 2023).

A reparação de dados e algorítmica, por sua vez, envolve a maneira como as práticas midiáticas de reparação integram os sujeitos na formação de sistemas sociotécnicos (Velkova; Kaun, 2021). Essas práticas visam corrigir lacunas na cultura de dados, em vez de criar caminhos alternativos. D'Ignazio (2022) destaca as ativistas feministas de dados que estão preenchendo as lacunas do Estado na contagem de feminicídios na Colômbia e na Bolívia. Em geral, a autora mostra como grupos feministas de base usam a coleta e análise de dados para transformar experiências pessoais de violência em ação política. Velkova e Kaun (2021) observam que é possível implantar políticas de reparação para corrigir o trabalho dos algoritmos, tal como a campanha ativista *World White Web*⁷, que busca aumentar a conscientização sobre o racismo online e promover a igualdade nos resultados de busca de imagens no *Google*. O caso da *Pajubá Tech*, citado acima, também exemplifica essa ideia, pois a coleta de dados realizada pela iniciativa busca desafiar o poder e reformular o problema, transmutando a violência contra pessoas trans e travestis do âmbito pessoal para o político. Esse movimento desloca a questão da esfera privada para a pública, alinhando-se ao conceito de ciência de dados restaurativa e transformadora descrito por D'Ignazio (2022).

Diante dessas discussões, entendemos que o poder dos dados e dos algoritmos em produzir categorizações e intervenções sociais deve estar vinculado a uma agenda de justiça social (Taylor, 2017). Uma forma de alcançar justiça e dignidade é compreender como diversos

⁷ Disponível em <https://bit.ly/3yxO2Es>. Acesso em: 12 mar. 2023.

grupos da sociedade estão desenvolvendo a capacidade de desafiar preconceitos nos sistemas tecnológicos e algorítmicos.

2 Tecnologias trans: rastros *queers* nas tecnologias digitais

Os rastros *queer* chegaram muito antes da era digital e é de suma importância a compreensão de sua ancestralidade. Em uma perspectiva ocidental, na época do Império Romano, imperadores tinham o costume de realizar *crossdressing*⁸. Um dos imperadores, Nero (37–68 EC), é conhecido por ter perdido a esposa no parto e, posteriormente, substituí-la por uma jovem chamada Esporo (Andrews *et al.*, 2024). Embora Esporo fosse designada como homem ao nascer e performasse esse papel nas convenções sociais (Butler, 2018), sua feminilidade era marcante. Nero a rebatizou como Sabina — o mesmo nome de sua falecida esposa — e a tratou como imperatriz, oferecendo joias, roupas e todos os privilégios reservados à esposa de um imperador. Suetônio, um historiador romano, conhecido por algumas obras, como *A vida dos doze Césares* (*De Vita Caesarum*), afirmou que, além de Nero tratar e oferecer tudo para sua nova esposa, ofertava recompensas para qualquer médico que conseguisse deixar Sabina uma mulher completa. O historiador utilizou a palavra em latim *transfigurare*, e foi dado como o primeiro termo do prefixo *trans* com relação à cirurgia de modificação corporal⁹ (Andrews *et al.*, 2024). Esse é um dos inúmeros fatos históricos que comprovam vestígios *queer* desde épocas passadas.

O termo teoria *queer* foi cunhado por Lauretis, em 1991. A autora critica a limitação de outras nomenclaturas, como gays e lésbicas e demonstra que o *queer* não é apenas um nome, mas um símbolo de resistência que entra no fluxo contrário dos padrões cis-heteronormativos e abraça a subjetividade e a diversidade de identidades (Lauretis, 1991). Muitos estudos acadêmicos tiveram origem em mobilizações como as marchas do Dia do Orgulho, a exemplo da que ocorreu em 1990, em Nova York, onde foi adotado o termo *queer* e criado um manifesto distribuído entre os participantes. Um trecho afirma que:

⁸ Ato de se expressar pela vestimenta com o gênero oposto ao qual se identifica.

⁹ Neste artigo não é utilizado o termo *cirurgia de afirmação de gênero*, porque nenhuma pessoa trans precisa afirmar gênero com qualquer intervenção. Assim como pessoas cis fazem o tempo todo modificações corporais, por exemplo, silicone e o uso de anabolizantes, a sociedade não as coloca como afirmando gênero, pessoas trans também podem modificar o corpo, se assim quiserem.

Ser *queer* significa levar um tipo de vida diferente. Não se trata do *mainstream*, margens de lucro, patriotismo, patriarcado ou ser assimilado. Não se trata de diretores executivos, privilégio e elitismo. Trata-se de estar à margem, de nos definirmos; trata-se de gênero e segredos, o que está por baixo da cintura e no fundo do coração; trata-se da noite (Queer Nation, 1990)¹⁰.

O *Ser Queer e Ser Trans* é um ato político e subversivo, já que, além de abrir portas para uma multiplicidade de existências, traz uma desestabilização ao sistema binário e tecnológico (Butler, 2018). Preciado (2023) evidencia que essa resistência de corpos *queer* subalternos sobrevive no sistema de poder petrossexoracial¹¹, com uma inadequação estética, política, viva, à medida que a binariedade serve para validar a dominação de corpos cis sobre outros corpos. O escape dessa realidade foi criar formas de hackear (Wark, 2023) esse sistema para (sobre)viver e perpetuar conhecimentos para a própria comunidade se fortalecer.

Haimson (2025) explicita em seu livro *Trans Technologies*, a necessidade de existirem tecnologias trans porque o mundo se ausentou e deixou essas lacunas diversas de problemas sociais, entre elas, a inclusão dessa comunidade marginalizada nas inovações tecnológicas. Muitas dessas tecnologias, normalmente criadas por pessoas trans para pessoas trans, tentam elucidar carências, preconceitos e dúvidas da comunidade, como, por exemplo, o acesso a recursos que preenchem os cuidados trans (Haimson, 2025).

Haimson (2025) traz uma perspectiva da América do Norte, principalmente dos Estados Unidos, onde o acesso a recursos e o desenvolvimento de tecnologias está à frente do que temos acesso na América do Sul. Muitas tecnologias, inclusive aplicativos como o Solace¹², foram criados com o foco direcional na comunidade trans. No Brasil, essas tecnologias trans podem ser vistas de outras maneiras, como grupos de *WhatsApp*, nos quais os usuários geram conhecimento e compartilham para auxiliar outras pessoas trans, como informações de saúde, estilo de vida, roupas, entre inúmeras maneiras. Um exemplo de grupo é o *Amigues do*

¹⁰ Tradução Livre. No original: "Being queer means leading a different sort of life. It's not about the mainstream, profit-margins, patriotism, patriarchy or being assimilated. It's not about executive directors, privilege and elitism. It's about being on the margins, defining ourselves; it's about gender-f--- and secrets, what's beneath the belt and deep inside the heart; it's about the night".

¹¹ Petrossexoracial seria um modelo de organização social que Preciado conduz em seu livro *Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando*. Um capitalismo exacerbado, conduzido por pólvora e petróleo, binariedade e divisão de raças.

¹² O aplicativo Solace, disponível nos Estados Unidos, visa auxiliar a transição de pessoas trans de forma individual. A informação e resumo do aplicativo nas app stores explicita que *os usuários podem mapear sua transição, acessar informações confiáveis sobre como atingir suas metas legais, médicas e sociais, manter-se informado sobre as notícias que podem afetar suas metas e direitos e acompanhar seu progresso*.

TransUFBA”, criado pelo Coletivo Trans UFBA¹³ (Universidade Federal da Bahia), no qual corpos trans, que estudam nessa universidade, podem interagir e compartilhar experiências.

Usos táticos (Bonini; Treré, 2024) dessas plataformas são executados cotidianamente por essa população, a fim de reduzir danos, gerar euforia¹⁴ e diminuir a promoção do ódio e da violência. Projetos citados neste artigo representam um símbolo de atitude e negação ao sistema de dominação (Preciado, 2023), principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, que, além da luta pela própria identidade, outros fatores podem se aliar, como a desigualdade social, racial, econômica e também os dados de violência divulgados anualmente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) com relação à comunidade.

3 Metodologia e descrição do projeto *Eu Existo*

Neste estudo, como mencionado na introdução, vamos nos dedicar a analisar o projeto *Eu Existo*. A escolha por esse recorte se dá principalmente pelo fato dessa iniciativa ser conduzida por corpos trans e travestis. A análise é orientada por um estudo de caso (Yin, 2001) da plataforma *Eu Existo*, método que permite uma compreensão mais profunda da realidade social, e por entrevista (Gaskell, 2002; Gil, 2008) com os idealizadores do projeto. Optou-se pelo formato de entrevista semiestruturada realizada com duas pessoas que trabalham na Publicis Groupe e fazem parte do grupo *Égalitrans*: Manuela França (mulher trans), 33 anos, *Community Manager*; e Francisco Boreli (homem trans), 30 anos, Analista de Estratégia e Conteúdo Sênior. Ambos foram informados sobre os riscos e benefícios de sua participação e consentiram com o uso e a apresentação dos dados a seguir.

A formulação das questões assume um caráter metódico (Gil, 2008). O roteiro utilizado na entrevista, realizada em 10 de junho de 2024 e gravada por meio do *Google Meet*, foi composto por perguntas previamente formuladas que buscaram compreender aspectos centrais do projeto: sua origem, as lacunas identificadas nos sistemas de reconhecimento facial, o perfil da equipe envolvida e as parcerias com outras instituições. Também foram abordadas questões de

¹³ O grupo foi divulgado no dia 27 de março, no perfil @coletivotransufba do *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DHtlaReuHo4//>. Acesso em: 19 maio 2025.

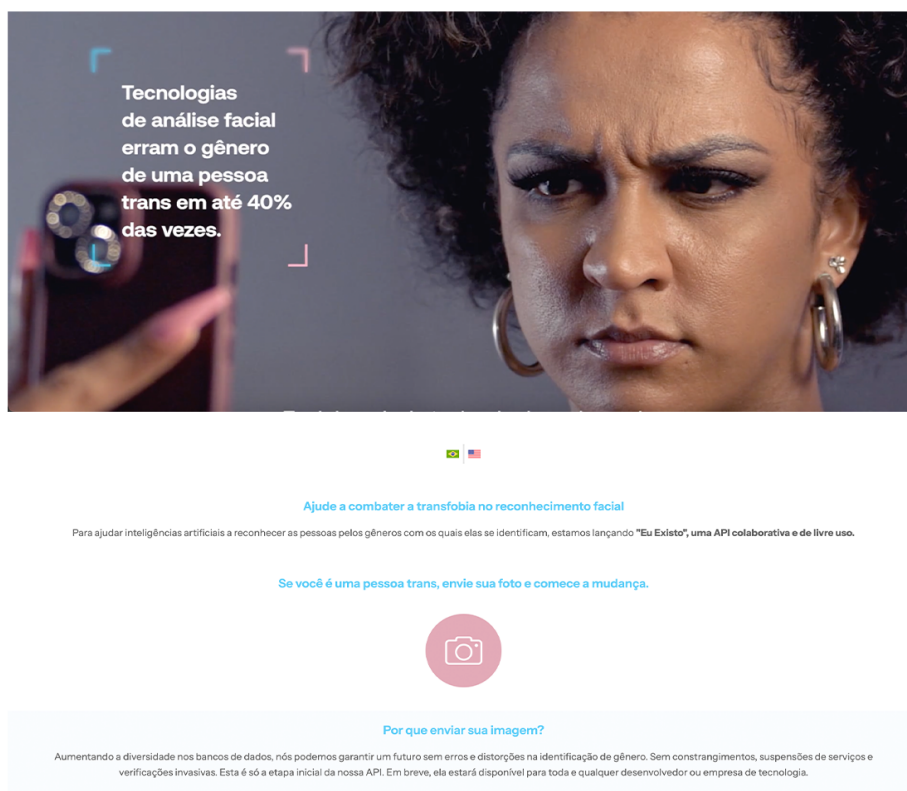
¹⁴ O contrário de disforia de gênero, ou seja, quando o indivíduo sente emoções positivas ao perceber que seu corpo está em concordância com a sua identidade de gênero.

proteção de dados sensíveis, engajamento do público (incluindo o número de imagens recebidas), e as perspectivas quanto à utilização da tecnologia por empresas.

O projeto, conforme mencionado, é fruto de uma parceria entre o grupo Égalitrans — grupo de afinidade transgênero derivado do Egalité¹⁵, vinculado ao Publicis Groupe —, a agência Publicis Brasil e a ONG Casarão. Seu principal objetivo é criar um banco de dados com imagens de pessoas trans, a fim de reconfigurar a forma como os algoritmos de reconhecimento facial identificam rostos, promovendo maior precisão e inclusão.

O site do projeto apresenta, em um vídeo de loop infinito, dados de 2019 da University of Colorado Boulder que revelam uma falha significativa nas tecnologias de reconhecimento facial: elas erram em 40% dos casos ao identificar o gênero de pessoas trans (Figura 1). A plataforma também lança um chamado à comunidade trans: *Ajude a combater a transfobia no reconhecimento facial*.

Figura 1 - Interface da tela inicial do site do projeto Eu Existo



¹⁵ O grupo de representatividade LGBTQIAP+ do Publicis Groupe Brasil.

Fonte: Captura de tela da página inicial do site projetoexisto.com.br.

A API¹⁶ desenvolvida pelo projeto é disponibilizada gratuitamente para uso ético e responsável por qualquer empresa, estando ainda em fase de coleta de dados e dependendo diretamente da participação ativa da comunidade trans. Essa dimensão coletiva é essencial para a construção e fortalecimento da iniciativa.

Ao clicar no ícone de câmera, o usuário é direcionado a um pop-up que solicita a aceitação dos termos e condições antes do envio da imagem. É informado que a foto será utilizada exclusivamente para fins de treinamento de sistemas de inteligência artificial. Após o envio, a imagem é criptografada — garantindo a proteção e anonimização dos dados — e imediatamente excluída dos servidores. Nesse contexto, a criptografia torna-se um elemento-chave para assegurar a privacidade das pessoas participantes e evitar qualquer uso indevido das imagens.

Os termos apresentados também destacam regras importantes, como a proibição de conteúdos ofensivos ou discriminatórios, além da isenção de responsabilidade por eventuais danos diretos e/ou indiretos decorrentes do uso da ferramenta. Em seguida, o usuário é convidado a enviar sua foto e indicar o gênero com o qual se identifica.

Figura 2 - Pop-up sobre o envio da fotografia

¹⁶ Uma *Application Programming Interface (API)* é um conjunto de regras, protocolos e ferramentas que permite a comunicação e interação entre diferentes sistemas de *software*, ou seja, é uma espécie de intermediário que facilita a troca de informações e funções entre aplicativos.

Sua vida é uma pessoa trans, então sua foto e nome também mudam.

Ao prosseguir, você autoriza o uso da fotografia do seu rosto (amostra biométrica) e da declaração do gênero com o qual você se identifica para a finalidade de treinamento da inteligência artificial do Eu Existo, que busca melhorar a precisão da classificação de gênero em imagens. As informações fornecidas por você serão convertidas em um modelo criptografado e, em seguida, imediatamente excluídas. Para mais detalhes, acesse a [Política de Privacidade](#).

☐ Li e concordo com os [Termos e Condições](#)

[Quero participar](#)

Se os dados, nós podemos garantir um futuro sem erros e distorções na identificação de gênero. Sem o uso de dados, a identificação de gênero é só a etapa inicial da nossa API. Em breve, ela estará disponível para toda e qualquer desenvolvedora.

Fonte: Captura de tela da página inicial do site projetoexisto.com.br.

Diante disso, vamos investigar as ações dessa iniciativa e buscar responder à seguinte pergunta: como o projeto *Eu Existo* tem se organizado para enfrentar as desigualdades impostas pelos sistemas de dados e algorítmicos?

4 A busca por formas dignas de existir no mundo

Pelo 13º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais e travestis, segundo dados de 2022 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Esses números revelam um *continuum de violência* (D'Ignazio, 2022), no qual os atos extremos representam apenas a parte visível de um iceberg que inclui formas menos perceptíveis de agressão, como a transfobia cotidiana e as microagressões digitais.

No ambiente digital, por exemplo, quando pessoas trans utilizam efeitos de inteligência artificial em plataformas como TikTok ou CapCut para fins de entretenimento, a experiência muitas vezes se converte em uma forma de violência simbólica. Isso ocorre porque os algoritmos de IA frequentemente falham em reconhecer o gênero com o qual a pessoa se identifica, reproduzindo traços que remetem justamente à sua maior fonte de disforia: traços femininos em homens trans ou traços masculinos em mulheres trans e travestis.

Essas ferramentas, baseadas em parâmetros pré-estabelecidos, operam a partir de características físicas e biológicas de pessoas cisgênero, excluindo a diversidade de expressões

de gênero. O uso dessas tecnologias, portanto, acaba por reforçar padrões normativos e invisibilizar identidades trans, transformando o que deveria ser uma experiência lúdica em mais uma instância de exclusão e sofrimento.

Ricaurte (2023) defende que uma das exigências mais urgentes aos modelos hegemônicos de desenvolvimento tecnológico é dismantelar sua natureza patriarcal. Isso se dá principalmente por meio de comunidades cibernéticas, trans e hackfeministas:

que a partir de diferentes abordagens tecnopolíticas, reivindicam a luta antipatriarcal e a dimensão de gênero como mais um campo de batalha contra os exercícios de opressão que existem através dos sistemas sociotécnicos (Ricaurte, 2023, p. 56)¹⁷.

O projeto *Eu Existo*, segundo informações obtidas na entrevista com a Manuela e o Francisco, teve origem na proposta de dois diretores de arte cisgênero, que, inicialmente, demonstraram receio em apresentá-la aos demais membros da agência. Ainda assim, decidiram avançar e, em seguida, estabeleceram parceria com o coletivo *Egálitrans* para a estruturação da iniciativa. Tudo passou pela nossa aprovação. Então, é um projeto feito para nós, pessoas trans, e um projeto feito por nós. Toda a escrita, todo o storytelling mesmo do projeto, tudo passou pela gente (Manuela). Embora a concepção inicial tenha partido de homens cisgêneros, brancos e heterossexuais, todo o desenvolvimento, consolidação, planejamento e execução do projeto foi realizado por pessoas trans, e voltado integralmente para essa comunidade. Dessa forma, *Eu Existo* tensiona os limites dos significados dominantes produzidos por sistemas de inteligência artificial, ao propor um banco de dados voltado à reparação, o qual representa, conforme argumentam Velkova e Kaun (2021), um pequeno ato de poder de negociação frente à transfobia reproduzida por esses sistemas.

Além do desenvolvimento da plataforma, tornou-se imprescindível a elaboração de uma campanha de divulgação capaz de informar, engajar e incentivar pessoas trans a participarem ativamente do movimento — por meio do envio de suas fotografias e da autodeclaração do gênero com o qual se identificam. A intervenção promovida pelo projeto *Eu Existo* configura-se como uma campanha midiática articulada de forma híbrida — espontânea e programada — pela

¹⁷ Tradução Livre. No original: “que desde distintas aproximaciones tecnopolíticas, reivindicam la lucha antipatriarcal y la dimensión de género como otro campo de batalla en contra de la opresión que se ejerce a través de los sistemas sociotécnicos”.

agência Publicis Brasil, em parceria com a ONG CAE¹⁸,-Casarão Brasil, pessoas trans e travestis, além de coletivos como Favela Digital e BR Media, que atuaram como colaboradores e divulgadores da iniciativa.

A equipe também realizou uma curadoria de influenciadores para ampliar o alcance da campanha nas plataformas digitais. Segundo Manuela e Francisco, essa seleção foi analisada pelas pessoas trans envolvidas no projeto, reafirmando que, ao longo de todo o processo, era fundamental que pessoas trans ocupassem espaços decisórios, inclusive na definição das estratégias de comunicação. Conforme relato de Manuela, alguns influenciadores foram remunerados pelo trabalho, enquanto outros — incluindo pessoas cisgêneras, como a apresentadora Sabrina Sato — participaram voluntariamente.

As tentativas de usuários em manipular tecnologias em benefício próprio são frequentemente interpretadas como práticas imorais ou fraudulentas. No entanto, em determinados contextos, essas ações podem constituir formas legítimas de resistência diante de sistemas que não apenas falham em oferecer proteção, mas também intensificam a violência (Bonini e Treré, 2024). O projeto *Eu Existo* incorpora simultaneamente estratégias e táticas de resistência: por um lado, foi concebido dentro de uma agência institucionalizada, com recursos financeiros e suporte técnico; por outro, é uma iniciativa organizada por e para pessoas trans, o que lhe confere legitimidade e potência política.

Nesse sentido, como destacam Bonini e Treré (2024), ao abordar a resistência *ao* e *através* dos algoritmos, o projeto evidencia esse duplo movimento. Resiste *ao* propor uma API gratuita voltada para empresas, com o objetivo de alterar os parâmetros discriminatórios dos sistemas de reconhecimento facial; e resiste *através* ao utilizar as próprias lógicas algorítmicas em campanhas midiáticas que mobilizam a comunidade trans, incentivando o envio de fotografias e promovendo a afirmação das identidades de gênero.

As tentativas de usuários em manipular a tecnologia em seu próprio favor são frequentemente interpretadas como imorais ou manipuladoras. No entanto, em determinados contextos, essas práticas constituem formas legítimas de resistência frente a sistemas que não

¹⁸ Segundo o site da ONG, O Centro de Acolhida Especial Casarão Brasil (CAE – Casarão Brasil) é um espaço dedicado a mulheres transexuais e travestis, proporcionando acolhimento provisório durante a noite.

oferecem proteção e que, ao contrário, intensificam a violência (Bonini; Treré, 2024). O projeto *Eu Existo* incorpora simultaneamente estratégias e táticas de resistência, uma vez que foi concebido e estruturado em uma agência institucionalizada, com recursos financeiros e suporte técnico para seu desenvolvimento e gestão, e por ser uma iniciativa organizada por e para pessoas trans. Nesse sentido, como destacam Bonini e Treré (2024), ao abordar a ideia de resistência *ao* e *através* dos algoritmos, o projeto evidencia esse duplo movimento: resiste ao propor uma API gratuita para empresas, que visa alterar os parâmetros discriminatórios dos sistemas de reconhecimento facial; e resiste através dos algoritmos ao utilizar suas próprias lógicas em campanhas midiáticas para alcançar a comunidade trans, com o incentivo do envio de fotografias e a promoção da afirmação de identidades de gênero.

Porém, o projeto também apresenta desafios. Na entrevista realizada, observou-se que muitas pessoas trans ainda demonstram insegurança em relação ao envio de suas fotografias pela plataforma.

O único problema que a gente tem hoje é a questão da nossa comunidade, que é uma comunidade muito massacrada. Então, a gente só está acostumado e acostumada com o resto. Nada é feito em primeiro lugar, nada é feito pra gente sem que haja algo por trás. As pessoas ficam meio que no modo de alerta. Por mais que nós, pessoas trans, estamos aqui falando sobre a importância desse projeto, as pessoas tendem a não engajar. Porque não é algo que parece benéfico a elas (Manuela).

É pertinente refletir sobre este tema, especialmente à luz do relatório publicado em 2021 pela organização *Coding Rights*¹⁹, que teve como objetivo analisar o sistema de reconhecimento facial no Brasil e compreender suas intersecções com as políticas de gênero. O documento apresenta os resultados de uma pesquisa quantitativa realizada por meio de formulário on-line, que contou com a participação de 22 (vinte e duas) pessoas trans.

O questionário abordou aspectos como classe social, raça e a percepção das participantes sobre a relevância e os impactos dessa tecnologia em suas vidas. No contexto deste artigo, destaca-se que 76,2% das pessoas responderam *sim* à pergunta sobre acreditarem que o

¹⁹ De acordo com o próprio site, codingrights.org, é uma organização feminista que atua e debate tecnologia sob uma perspectiva coletiva, transfeminista, decolonial e antirracista de defesa de direitos humanos.

sistema de reconhecimento facial poderia colocar sua privacidade em risco. Além disso, 90,5% afirmaram que essa tecnologia pode operar de forma transfóbica (Silva; Varon, 2021).

Esses dados reforçam a urgência de se discutir os limites éticos e sociais da aplicação de tecnologias de reconhecimento facial, especialmente quando utilizadas em contextos que afetam diretamente populações vulnerabilizadas. A percepção de risco e transfobia associada à tecnologia evidencia não apenas falhas técnicas, mas também a reprodução de desigualdades estruturais por meio de sistemas algorítmicos.

As respostas evidenciam a sensação de insegurança vivenciada por muitas pessoas trans diante das ameaças à privacidade e da violência digital mediada por algoritmos. Isso revela que, mesmo com a existência de projetos, entidades e iniciativas voltadas à criação de soluções inclusivas, ainda persiste uma desconfiança por parte da comunidade trans quanto às reais intenções por trás dessas ações — uma suspeita que se relaciona à possibilidade de tornar esses sujeitos ainda mais vulneráveis.

Tal receio aponta para uma experiência compulsória de interação com tecnologias e com o tratamento de dados, considerando que esses instrumentos frequentemente carregam, em sua origem, a marca da violência (Silva; Varon, 2021). Nesse contexto, discutir privacidade implica, necessariamente, discutir transfobia. A vigilância excessiva reforça imaginários preconceituosos, uma vez que, como destacam Silva e Varon (2021), “numa sociedade regida por políticas de vigilância, tendo no gênero uma estrutura normativa, a privacidade já está, portanto, ameaçada, ou seja, toda ideia de privacidade associada às políticas transgênero já nasce corrompida, dada a incessante vigilância e controle dos corpos trans” (Silva; Varon; 2021, p. 29),

A solução proposta pelo projeto *Eu Existo* consiste na construção de uma plataforma concebida por pessoas trans desde sua origem, incorporando tecnologias que garantem a privacidade das participantes — como a criptografia das imagens adicionadas ao banco de dados. Essa abordagem técnica é acompanhada por um compromisso ético com o uso responsável dos dados. Como afirma Francisco:

A gente não vai divulgar nada, nem uma imagem. A gente vai usar só mesmo para alimentar a API, fazer que ela se eduque mesmo”. Ele complementa, destacando o caráter educativo da iniciativa: “Fazer a inteligência artificial sair dessa desinteligência humana. Acho que nesse sentido, esse banco de dados pode

ajudar a tirar esse viés [cisnormativo], né? De, sei lá, transfóbico, que só homem tem o maxilar quadrado e só mulher tem, enfim, os traços delicados.

A coleta de dados realizada pelo projeto não apenas contribui para o aprimoramento técnico da API, mas também desafia estruturas de poder e reformula o problema da exclusão algorítmica. Esse processo educativo, mencionado pelo entrevistado, alinha-se ao conceito de ciência de dados restaurativa e transformadora descrito por D'Ignazio (2022), que propõe o uso dos dados como ferramenta de reparação social. Além disso, configura-se como uma forma de resistência produtiva por meio dos sistemas algorítmicos, conforme discutido por Bonini e Treré (2024) e Ettlinger (2018), ao empregar as próprias lógicas da tecnologia para promover inclusão, visibilidade e justiça de gênero.

Há um subcampo do reconhecimento facial chamado reconhecimento automático de gênero (AGR, na sigla em inglês). A forma como essas tecnologias são construídas dificulta reparar seus danos internamente, principalmente porque esses sistemas consideram o gênero a partir de três propriedades: imutabilidade, fisiologia e binariedade (Os Keys, 2018). Portanto, Os Keys (2018) observa que nenhum desses sistemas leva em conta pessoas trans. No entanto, elu²⁰ argumenta que não devemos apenas criticar o uso do AGR, mas também trabalhar para desenvolver alternativas melhores. Uma solução seria respeitar a autonomia das pessoas na definição de si mesmas e reconhecer uma ampla gama de descritores possíveis para essa definição autônoma. Por exemplo, confiar nos dados de perfil fornecidos pela pessoa, como o uso de pronomes, em vez de uma análise facial algorítmica (Os Keys, 2018).

O projeto *Eu Existo*, em sua fase atual, concentra-se exclusivamente na binariedade de gênero, considerando que os sistemas de reconhecimento facial já apresentam resultados discriminatórios mesmo diante de identidades transmasculinas e transfemininas que se enquadram no espectro binário. No caso de pessoas não binárias, essas violações tornam-se ainda mais evidentes, uma vez que os algoritmos enfrentam limitações significativas para processar identidades que escapam aos padrões normativos binários.

Francisco relata que, durante a realização do projeto, buscou orientação com um técnico da área de dados para verificar a viabilidade de incluir identidades não binárias no sistema. No

²⁰ Pronome neutro utilizado para referenciar pessoas que não se enquadram na binariedade de gênero.

entanto, constatou que, no estágio atual da tecnologia, não havia possibilidade técnica de contemplar essa complexidade identitária sem comprometer a eficácia do modelo. Essa limitação evidencia não apenas os desafios técnicos, mas também os limites epistemológicos dos sistemas algorítmicos, que ainda operam com base em lógicas excludentes e reducionistas.

“A primeira pergunta que eu faria é, qual é a taxa do falso positivo do algoritmo? Isto é, qual é a taxa em que o algoritmo erra, dizendo que duas pessoas distintas são a mesma pessoa? Do ponto de vista de segurança, me parece mais grave permitir que outra pessoa se passe por mim e acesse a minha conta bancária, por exemplo, do que impedir o acesso facilmente à minha conta, exigindo mais métodos de autenticação. Não sei qual é a taxa de falso positivo dos algoritmos mais usados. Sugiro que vocês pesquisem isso para usar como *benchmark*. Acho difícil uma empresa que lide com dados sensíveis usar um algoritmo que não seja igual ou melhor que os padrões já existentes.” O certo seria agregar todo mundo, agregar os não binários, mas sendo pessoa trans, já é um assunto delicado. E a resposta dele me confirmou isso. É até difícil fazer isso do ponto de vista de segurança (Francisco).

De acordo com Manuela, há a intenção de, em etapas futuras, incluir representações não binárias na base de dados da API. Essa ampliação é fundamental para contemplar a diversidade de identidades de gênero que não se enquadram na lógica binária, ainda predominante nos sistemas algorítmicos. Como destacou Lunara Santana da Silva durante a mesa transcentrada do FIB de 2024, citada na introdução, esses sistemas são majoritariamente desenvolvidos por pessoas cisgênero, brancas e oriundas do Norte Global, cujas perspectivas moldam os parâmetros da máquina. Essa hegemonia na produção tecnológica resulta em modelos que reproduzem visões limitadas e excludentes sobre gênero.

Lunara também ressalta que, para reparar um sistema, é necessário afastar-se do tecnossolucionismo — conceito discutido por Morozov (2013) — que pressupõe que problemas sociais complexos podem ser resolvidos apenas por meio de soluções técnicas. A mudança, portanto, precisa ser muito mais profunda: envolve repensar as epistemologias que sustentam os sistemas algorítmicos, incluir vozes historicamente marginalizadas em todas as etapas do desenvolvimento tecnológico e reconhecer que a justiça algorítmica exige transformações estruturais, não apenas ajustes funcionais.

Considerações finais

O projeto aqui apresentado torna visíveis formas de dano antes invisibilizadas e fomenta um diálogo público mais amplo sobre as raízes estruturais da violência direcionada a pessoas trans e travestis. Essas ações, potencializadas pela comunicação digital, têm o poder de mobilizar atenção e engajamento coletivo, conectando a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ a debates mais abrangentes sobre violência de gênero (D'Ignazio, 2022) e microagressões digitais (Silva, 2022).

A tecno-resistência e o ativismo de reparação de dados, sob uma perspectiva transcentrada, configuram uma abordagem transformadora das tecnologias baseadas em dados e algoritmos — frequentemente apresentadas como neutras e imparciais. Trata-se de práticas politicamente engajadas que desafiam a ideia de que a tecnologia é apolítica, evidenciando como os sistemas algorítmicos reproduzem desigualdades estruturais e podem ser reconfigurados como ferramentas de justiça e afirmação identitária.

Embora pessoas não binárias ainda não integrem o projeto, iniciar com parte da população trans já representa um avanço significativo. Sensibilizar e engajar essa comunidade quanto à importância de participar de iniciativas como essa é um processo gradual, mas que, a longo prazo, pode gerar transformações substanciais.

Em um país que ocupa a posição de maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo, o desenvolvimento de uma API que estimule empresas a repensarem a aplicação de algoritmos de reconhecimento facial configura-se como uma estratégia potente para imaginar outros horizontes tecnopolíticos e futuros possíveis. Trata-se de uma oportunidade para refletir criticamente sobre o tratamento de dados sensíveis — como recebê-los, processá-los e utilizá-los — e, sobretudo, para promover um treinamento algorítmico mais ético, sensível e verdadeiramente humano.

É importante destacar que o uso de tecnologias de reconhecimento facial ainda não é regulamentado no Brasil, o que pode ser transformado com a eventual aprovação do marco regulatório da inteligência artificial. Como aponta Crawford (2021), não se trata de rejeitar a inteligência artificial, mas de reconhecer que se trata de uma tecnologia desenvolvida por seres humanos e, portanto, permeada por forças sociais, políticas e econômicas.

Nesse sentido, uma reestruturação crítica e uma regulamentação mais justa da hegemonia algorítmica podem contribuir significativamente para a ampliação da dignidade de populações historicamente marginalizadas. Isso implica não apenas revisar os parâmetros técnicos dessas tecnologias, mas também enfrentar os imaginários sociotécnicos que sustentam práticas discriminatórias, promovendo uma governança ética e inclusiva dos sistemas automatizados.

Referências

ALBÁN, A. Pedagogías de la reexistencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. In: Walsh, C. *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2023, pp. 443-468.

ANDREWS, J.; et al. *O livro da história LGBTQIAPN+*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.

BENJAMIN, Ruha. *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code*. Publisher: Polity Press, 2019.

BONINI, T.; TRERÉ, E. *Algorithms of resistance: The everyday fight against platform power*. Cambridge: MIT Press, 2024.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CEZARINO, M. R.; CONTRI, C. L. As implicações da construção binária do gênero para a realização de decisões automatizadas que impactam diretamente as pessoas trans e não-binárias. In: BARBOSA, B.; et al. *TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade: tendências e desafios*. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2022. pp. 35-58.

COSTA, J. H. R.; ACIOLY, L. H. de M. Internet, discriminação de gênero e algoritmos: considerações sobre cidadania virtual. In: BARBOSA, B.; et al. *TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade: tendências e desafios*. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024. pp. 35-58.

CRAWFORD, K. *Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence*. New Haven: Yale University Press, 2021.

D'IGNAZIO, C. *Counting Feminicide: Data Feminism in Action*. Cambridge: MIT Press Open, 2022.

ETTLINGER, N. Algorithmic affordances for productive resistance. *Big Data & Society*, v. 5, n. 1, p. 1-4, 2018.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 64-89.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. ed. 6. São Paulo, Atlas, 2008.

GROHMANN, R. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. *MATRIZES*, v. 16, n. 1, p. 209-233, 2022.

HAIMSON, O. L. *Trans Technologies*. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press, 2025.

MOROZOV, E. *To save everything, click here: Technology, solutionism and the urge to fix problems that don't exist*. London: Allen Lane, 2013.

NEMER, D. *Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

NOBLE, S. U. *Algoritmos da Opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo*. Rua do Sabão, 2021.

O'NEIL, C. *Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. New York: CROWN, 2016.

OS KEYES. The Misgendering Machines: Trans/HCI Implications of Automatic Gender Recognition. *Proc. ACM Hum. Comput. Interact.* 2, CSCW, Article 88, 2018.

PRECIADO, P. B. *Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

QUEER NATION. *Queers read this*. [S.l.: s.n.], 1990. Disponível em: <https://www.historyisaweapon.com/defcon1/queernation.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

RICAURTE, P. *Descolonizar y despatriarcalizar las tecnologías*. México: Centro de Cultura Digital, 2023.

RICAURTE, P. Jóvenes y cultura digital: abordajes críticos desde América Latina. *Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 137, 2018.

SILVA, M. R.; VARON, J. *Reconhecimento facial no setor público e identidades trans: tecnopolíticas de controle e ameaça à diversidade de gênero em suas interseccionalidades de raça, classe e território*. Rio de Janeiro: Coding Rights, 2021.

SILVA, T. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições SESC, 2022.

VELKOVA, J.; KAUN, A. Algorithmic resistance: media practices and the politics of repair. *Information, Communication & Society*, v. 24, n. 4, 2021.

WARK, M. *Um manifesto hacker*. São Paulo: sobinfluencia edições, 2023.

WINQUES, K. *Mediações algorítmicas: Articulação entre as dimensões simbólicas e materiais das tecnologias digitais*. Florianópolis: Insular, 2024.

WINQUES, K.; ROSA, N. Tecno-resistência e reparação de dados em uma perspectiva transcetrada. In: 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2024, Itajaí. *Anais* [...]. Itajaí: Intercom, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3SiuNZz>. Acesso em: 10 maio 2025.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Noah Souza Rosa - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Mestrando em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Publicidade e Propaganda, Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus (IELUSC).

E-mail: noah.rosa@estudante.ufjf.br

Kérley Winkes - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Professora na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Doutora em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Jornalismo, UFSC. Graduada em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora na Faculdade de Comunicação (FACOM/UFJF) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). Autora do livro *Mediações algorítmicas: articulação entre as dimensões simbólicas e materiais das tecnologias digitais* (2024).

E-mail: ker.winkes@gmail.com